



**CÂMARA
MUNICIPAL**
LUZIÂNIA-GO

PROTOCOLO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Protocolo nº: 998/2025

Matéria: Veto nº 19/2025

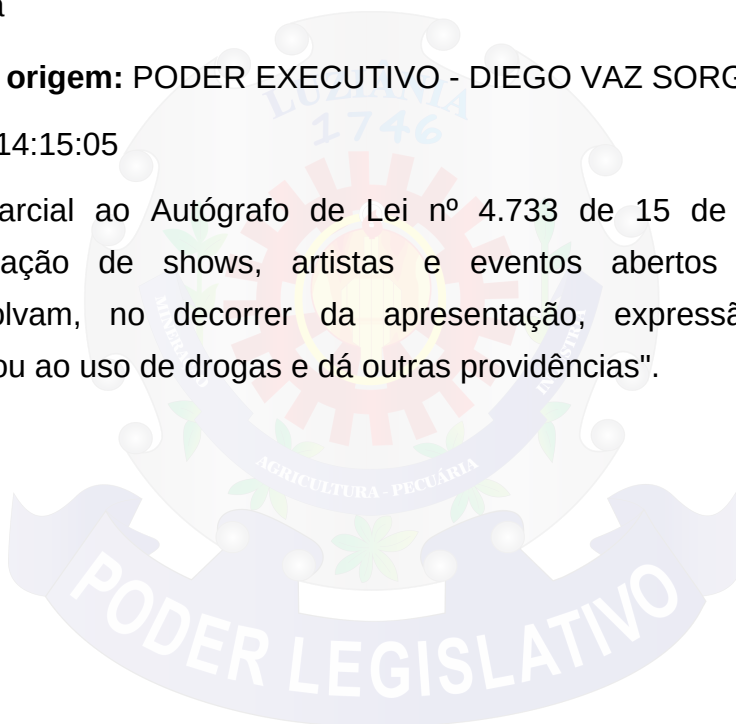
Autoria: Poder Executivo - Diego Vaz Sorgatto

Assunto: apologia

Departamento de origem: PODER EXECUTIVO - DIEGO VAZ SORGATTO

Data: 13/05/2025 14:15:05

Ementa: "Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 4.733 de 15 de abril de 2025, que proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infante juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências".



Fone: (61) 3622-1880



www.luziania.go.leg.br



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

ASSUNTO: VETO AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.733, DE 15 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 4.733 de 15 de abril de 2025, que proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências.

Ao Excelentíssimo Senhor

FELIPE MEDEIROS NASCIMENTO

Presidente da Câmara Municipal de Luziânia

Praça Nirson Carneiro Lobo nº 34, Centro

72.800-060 – Luziânia – GO

Senhor Presidente,

Cabe-me informar que, nos termos dos artigos 58, §1º, e 75, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Luziânia, o Autógrafo de Lei nº 4.733, de 15 de abril de 2025, de autoria do nobre Vereador Everaldo Roriz Meireles, que "proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso



de drogas, e dá outras providências”, foi parcialmente vetado, pelos fundamentos de fato e de direito que passo a expor:

O veto recai exclusivamente sobre os §§ 1º e 3º do art. 6º, pelas razões a seguir apresentadas:

1. Razões do veto:

Trata-se de análise jurídica sobre a constitucionalidade e legalidade do Autógrafo de Lei nº 4.733 de 15 de abril de 2025, de iniciativa do Poder Legislativo do Município de Luziânia – GO.

O Autógrafo em questão proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências.

O § 1º do art. 6º prevê a imposição de multa equivalente a 100% do valor do contrato, a ser aplicada em caso de descumprimento da cláusula de não expressão de apologia ao crime ou ao uso de drogas, vejamos:

“Art. 6º (...)

§ 1º Em caso de descumprimento da não expressão de apologia ao crime ou ao uso de drogas, o contratado sofrerá a imediata rescisão do contrato, sanções contratuais e multa no valor de 100% do valor do contrato,



que será destinada ao Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Luziânia.

Tal dispositivo viola os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, além de se mostrar juridicamente inadequado à luz do regime jurídico das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 (atualmente, Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos), que estabelece critérios objetivos e escalonados para aplicação de penalidades contratuais.

A fixação de multa automática no valor total do contrato, sem gradação proporcional à infração e sem processo administrativo contraditório prévio, caracteriza sanção desproporcional e inconstitucional, podendo ensejar a nulidade da penalidade aplicada e responsabilização do gestor público por ato ilegal.

Já o § 3º do art. 6º confere à Guarda Civil Metropolitana a atribuição de lavrar auto de infração em posição de multa, o que extrapola a competência legal da Guarda Municipal, cuja atuação se limita ao patrulhamento preventivo e à proteção de bens, serviços e instalações do Município, conforme art. 144, §8º, da Constituição Federal e art. 3º da Lei Municipal nº 3.876 de 21 de junho de 2016.

O dispositivo vetado dispõe:

"Art. 6º (...)

§ 3º O auto de infração em posição de multa descrito § 1º poderá ser lavrado pela Prefeitura de Luziânia pelos seus órgãos competentes, inclusive pela Guarda Civil Metropolitana ou,



ainda, pela Polícia Militar devidamente
conveniada com a Prefeitura de Luziânia.

A imposição de sanções administrativas com repercussão patrimonial é atribuição privativa das autoridades administrativas competentes, por meio de seus órgãos fiscalizadores, com respaldo legal específico, o que não se verifica no dispositivo ora vetado.

Ademais, cumpre destacar que a competência para fiscalização e imposição de sanções administrativas em âmbito municipal, especialmente no que se refere ao descumprimento de normas relativas à realização de eventos e à ordem pública, é atribuída à Fiscalização de Posturas do Município, nos termos da Lei Municipal nº 2.990, de 03 de outubro de 2006.

Ressalto, por oportuno, que o ato de sanção ou veto, pelo Poder Executivo, de um Projeto de Lei, seja de sua iniciativa ou não, insere-se no âmbito do Processo Legislativo, sendo o veto em si um mecanismo a conter futura inconstitucionalidade, ilegalidade ou atos contrário ao interesse público, o que ora vislumbro.

2. Conclusão

Diante do exposto, e visando assegurar a legalidade, constitucionalidade e coerência do ordenamento jurídico municipal, VETO PARCIALMENTE o Autógrafo de Lei nº 4.733 de 15 de abril de 2025, especificamente os §§ 1º e 3º do art. 6º, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade.



Submeto o presente veto à elevada apreciação dessa
Colenda Câmara Municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 13
(treze) dias do mês de maio de 2025.

DIEGO VAZ SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA